Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em milhares de Reais)

01 - Contexto operacional

A Companhia tem como atividade operacional preponderante a produção de bens de capital destinados ao mercado interno e externo para os setores químico, petrolífero, petroquímico, criogenia, alimentício e de bebidas.

Suas atividades estão paralisadas desde o exercício de 2000 em função da inexistência de novos contratos.

02 - Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº. 6.404/76, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC — Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC — Conselho Federal de Contabilidade além de normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários — CVM.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Sociedade e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 15 de março de 2016.

Conforme informado na Nota 01 as atividades da Companhia estão paralisadas desde o exercício de 2000 em razão da inexistência de novos contratos. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas considerando a normalidade de sua continuidade operacional.

a) Apuração do resultado

O resultado foi apurado pelo regime de competência de exercícios.

b) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou de construção corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em conta o tempo de vida útil

dos bens e foi levada ao resultado do exercício em conta de despesas operacionais. Não foi identificada evidência de perdas não recuperáveis para as contas de terrenos e edificações em relação ao valor contábil.

A Companhia, após julgamento da Administração em relação ao valor residual do ativo imobilizado, optou por manter os mesmos critérios de avaliação adotados em exercícios anteriores por considerá-los mais justos, em face da situação econômica e financeira que vem atravessando desde a descontinuidade de suas atividades operacionais e que, qualquer acréscimo no imobilizado além de representar aumento nos custos operacionais em decorrência dos efeitos das depreciações, não representa benefício aos acionistas minoritários ou majoritários.

c) Outros ativos e passivos circulantes não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes, quando aplicáveis, são reduzidos a seus valores prováveis de realização mediante provisão. Os passivos circulantes e os não circulantes são atualizados monetariamente e incluem os encargos incorridos.

03 - Depósitos judiciais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Impostos e contribuições		
Contribuição social sobre o lucro líquido	510	471
INSS	527	487
PIS	6	6
Outros	122	121
Sub Total	1.165	1.085
Ações Trabalhistas	141	135
Total	1.306	1.220

Impostos e contribuições: São valores depositados em juízo sobre impostos e contribuições que estão em processo de contestação pela Companhia.

Ações trabalhistas: Correspondem a depósitos para garantia de processos trabalhistas com recursos judiciais de embargos à execução e agravos de petições.

Os saldos dos depósitos judiciais estão demonstrados pelos valores históricos dos depósitos. Eventuais variações serão reconhecidas no resultado do exercício em que a Companhia tiver seus pleitos deferidos.

04 – Depósitos judiciais tributários

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
FINSOCIAL	354	327
INCRA	699	645
FUNRURAL	4.826	4.528
Imposto de renda sobre lucro líquido	11	10
Total	5.890	5.510

Com o amparo de ações judiciais, foram registrados créditos fiscais resultantes dos pagamentos indevidos de impostos e contribuições. Esses créditos quando e se julgados favoráveis para a Companhia serão utilizados na compensação de valores a pagar de impostos e contribuições de mesma natureza. A classificação no longo prazo levou em consideração a expectativa de compensação dos créditos ao longo do tempo.

05 - Aplicações financeiras

A Companhia tem a propriedade de Apólices Governamentais, que estão registradas por seu valor de face e foram dadas em garantia de dívidas tributárias. Em razão da impossibilidade de obter o valor de resgate dessa aplicação, foi constituída provisão para perda, neste exercício, no montante de 100% de seu valor de face.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Apólices Estado de Pernambuco	7.236	7.236
(-) Provisão para desvalorização	(7.236)	(7.236)
Total	-	-

06 - Imobilizado

	Custo	Depreciações	Valor li	íquido
Descrição	corrigido	acumuladas	31/12/2015	31/12/2014
Terrenos	7.244	-	7.244	7.244
Edificações	10.778	(10.494)	284	774
Equipamentos de informática	5	(3)	2	2
Total	18.027	(10.497)	7.530	8.020

Bens do ativo imobilizado, no montante de R\$ 12.437 mil, foram oferecidos como garantia de ações judiciais em curso.

07 - Obrigações fiscais e sociais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Tributos Federais	40.171	14.235
IPTU – Santo André	19.575	18.053
ICMS	11.286	10.838
Total	71.032	43.126

No final do exercício de 2009 a Companhia optou pelo parcelamento com base na Lei 11.941/2009, Novo REFIS, de impostos e contribuições em atraso junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e aguardava o termo de consolidação dos débitos e a homologação do pedido para realizar a conciliação do saldo devedor e reconhecer possíveis ajustes decorrentes de redução de juros e multas moratórias e de ofício, no que couber, inclusive pelo aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social; bem como a utilização dos depósitos judiciais relacionados a algumas CDA's incluídas, indevidamente, no antigo REFIS. Como parte do processo de parcelamento do

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Novo Refis a Administração da Companhia havia autorizado seus consultores jurídicos a promover a desistência de todas as ações judiciais em curso.

Em dezembro de 2015 a Companhia foi notificada do cancelamento de sua opção pelo REFIS. De modo a refletir esse fato foram registradas nas demonstrações contábeis deste exercício a atualização do valor integral dos débitos tributários, de acordo com informações da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Consequentemente, foi efetuada a reversão dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social que haviam sido utilizados na redução da dívida tributária original; bem como outros benefícios concedidos pela legislação.

08 - Debêntures

Saldo referente às 1.895 debêntures de 3ª emissão nominativas simples com garantia flutuante não conversível em ações, com remuneração baseada na variação da TJLP acrescida de juros anuais de 3% (três por cento), registrados até a data do vencimento final, que ocorreu em fevereiro de 2003. A Administração da Companhia vem ultimando negociações deste instrumento, estando em fase final de repactuação das mesmas, conseguindo prazos e juros em condições favoráveis à Organização.

09 - Provisão para contingências

a) Parcela do circulante

Provisões constituídas para fazer frente às ações cíveis, trabalhistas e autos de infração não correspondidos por depósitos judiciais.

b) Parcela do não circulante

Refere—se a valores provisionados e não recolhidos de impostos e contribuições que vêm sendo contestados judicialmente pela Companhia, correspondidos por depósitos judiciais de mesmo montante descrito na nota explicativa **03**.

10- Capital social

O Capital Social é composto por 6.621.486.930 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

11 - Prejuízos fiscais

A Companhia possui prejuízos fiscais em montante aproximado de R\$ 131.973 mil (Em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 74.971 mil) e base negativa de contribuição social de R\$ 148.131 mil (Em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 87.609 mil), a serem compensados com lucros tributáveis futuros. Esses valores incluem, além do prejuízo fiscal do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a reversão dos prejuízos fiscais e da base de cálculo negativa da Contribuição Social conforme explicado na nota 07. Em função da impossibilidade de assegurar, neste momento, a geração de resultados futuros, os correspondentes créditos

fiscais não foram reconhecidos nos balanços patrimoniais dos exercícios anteriores e atual.

12 . Despesas gerais e administrativas

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com Pessoal	(357)	(327)
Despesas operacionais	(807)	(1.146)
Despesas tributárias	(780)	(1.002)
Despesas com processos trabalhistas	(1.070)	(121)
Provisão para desvalorização de aplicações	<u> </u>	(7.236)
Total	(3.014)	(9.832)

13. Resultados financeiros líquidos

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Despesas financeiras	-	(1)
Receitas financeiras	466	475
Atualização de tributos	(28.781)	(8.896)
Total	(28.315)	(8.422)

Composição da conta de atualizações de tributos:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Tributos Estaduais	(448)	(5.841)
Tributos Municipais	(2.351)	(3.055)
Tributos Federais	(25.982)	
Total	(28.781)	(8.896)